

Bruxelas, 17 de fevereiro de 2017
(OR. en)

6376/17

COPEN 53
EUROJUST 33
EJN 16

NOTA

de:	Kornelios Korneliou, Embaixador/Representante Permanente, Representação Permanente de Chipre junto da União Europeia
data:	20 de janeiro de 2017
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia

Assunto:	Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva - Notificação feita por Chipre
----------	--

Senhor Secretário-Geral,

Em cumprimento das obrigações da República de Chipre resultantes da Decisão-Quadro 2009/829/JAI, transmito-lhe as notificações pertinentes da República de Chipre e o texto da Lei n.º 121 (I)/2016, que transpõe a referida Decisão-Quadro para a sua ordem jurídica nacional.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Kornelios Korneliou

Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Notificação nos termos do artigo 27.º, n.º 2

Nos termos do artigo 27.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, a República de Chipre comunica pela presente ao Secretariado-Geral do Conselho o texto da legislação nacional, Lei n.º 121 (I)/2016, que transpõe a decisão-quadro em epígrafe para a sua ordem jurídica interna.

A Lei n.º 121 (I)/2016 entrou em vigor em 18 de novembro de 2016 após a sua publicação no Jornal Oficial da República.

Notificação nos termos do artigo 6.º, n.º 1

As autoridades competentes da República de Chipre são:

1. Nos casos em que a República de Chipre é o Estado de emissão, a autoridade competente para emitir decisões na República de Chipre é o tribunal de segunda instância ou o tribunal de primeira instância que exerce a competência penal competente para conhecer da infração ou que emitiu uma decisão sobre medidas de controlo.
2. Nos casos em que a República de Chipre é o Estado de execução, a autoridade competente da República de Chipre para reconhecer uma decisão de outro Estado-Membro sobre medidas de controlo é a seguinte:
 - a) O tribunal de primeira instância dentro da jurisdição territorial em que reside a pessoa contra a qual foi proferida a decisão sobre medidas de controlo noutro Estado-Membro.

- b) O tribunal de primeira instância de Nicósia, se a residência da pessoa em questão não for conhecida ou se não for residente na República de Chipre.

Notificação nos termos do artigo 7.º, n.º 3

O Ministério da Justiça e da Ordem Pública é a autoridade central que assiste as autoridades competentes para a emissão e o reconhecimento das decisões na sua transmissão e receção administrativa e na determinação referida no artigo 9.º, bem como toda a correspondência oficial relacionada com as mesmas.

Os contactos do Ministério da Justiça e da Ordem Pública são os seguintes:

Leoforos Athalassas 125
1461 Nicósia, Chipre
Tel.: +357 22805950/951
Fax: +357 22518356
Email: registry@mjpo.gov.cy

Notificação nos termos do artigo 8.º, n.º 2

A República de Chipre notifica o Secretariado-Geral do Conselho de que, além das medidas referidas no artigo 8.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, tenciona igualmente acompanhar as seguintes medidas de controlo:

- 1) A interdição para a pessoa de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que pode abranger uma determinada profissão ou área profissional;

- 2) A obrigação de depositar uma determinada quantia em dinheiro ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;
- 3) A obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas, ou que são considerados como prova.

Declaração nos termos do artigo 9.º, n.º 4

A República de Chipre declara que só aceitará a transmissão de uma decisão sobre medidas de controlo a respeito de uma pessoa que não residir legal e habitualmente na República de Chipre caso essa pessoa for residente no seu território durante um período de pelo menos três (3) meses.

Notificação nos termos do artigo 21.º, n.º 3

A República de Chipre notifica o Secretariado-Geral do Conselho de que, ao decidir sobre a entrega da pessoa ao Estado de emissão, aplicará igualmente artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI relativa ao mandado de detenção europeu.

Declaração nos termos do artigo 24.º

A República de Chipre aceita certidões em grego ou inglês.
